

ção animal e sobra aqui para nós, não as proteínas que é o de mais rico, mas o óleo usado na alimentação. Neste sentido, creio que seria importante fazermos também uma campanha de que, se a agricultura tem como destinação fundamental alimentar os homens, para atingir este objetivo, o regime de produção mais adequado no Brasil seria o regime que estimulasse a existência da pequena produção familiar.

A QUESTÃO ALIMENTAR É O ECODESENVOLVIMENTO

Ignacy Sachs *

Antes de iniciar o tema que me cabe desenvolver neste seminário, gostaria de falar algumas palavras sobre Josué de Castro. Eu o conheci no fim dos anos 40, quando estava preparando a *Geopolítica da Fome*, e depois o encontrei como chefe da delegação brasileira na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre ciência e tecnologia, creio que em 1962. Juntos participamos da elaboração de mais um manifesto dos cientistas em prol do desarmamento e finalmente nos encontramos em Paris, onde tive muitas oportunidades de trabalhar com ele, pois tivemos doutorandos e estudantes brasileiros em comum e era uma pessoa muito ativa no Centro Internacional de Desenvolvimento. Na época em que a morte o colheu estava organizando uma Academia Mundial de Ecologia, onde havia mil atividades e das quais tive ocasião de participar. Além do mais, pertencço a uma geração para a qual a *Geografia da Fome* foi o livro de choque e de importância fundamental. Lançou uma revelação, mas não apenas isso, lançou também uma diretriz. A atualidade do livro continua trágica no seu conteúdo descritivo, mas vou insistir sobretudo na sua atualidade metodológica, ou seja, sobre aquilo que muito orientou meu próprio trabalho, sua dupla sensibilidade social e ecológica.

Combinar o social com o ecológico, está aí a contribuição pela qual Josué de Castro vai ficar na história da ciência social. Creio que o conceito de *ecodesenvolvimento* com o qual trabalho, ou seja, a tentativa de definir estratégias de desenvolvimento que sejam socialmente úteis, ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, inscreve-se na linha direta da preocupação de Josué de Castro.

O conceito de *ecodesenvolvimento* leva a uma série de considerações sobre o problema alimentar e as alternativas correspondentes. Alternativas com relação ao que caracteriza um processo muito desigual de distribuição de alimentos. Por parte das

*O autor é Economista e Cientista Social. Diretor do Centre Internationale de Recherche sur l'Environnement et le Développement (CIRED); Diretor do Programa da Universidade das Nações Unidas "A Food and Energie-nexus"; Coordenador responsável do curso de DEA, Diplome des Études Approfondies en Socio-Économie du Développement à l'École des Hautes Études en Science Sociale).

populações, demonstra-se uma aberração na dieta, nos regimes alimentares de muita gente, provocada pela distorção do *agro-business*, que cria uma série de produtos com valor nutritivo extremamente baixo quando se analisa esse valor por unidade de custo. Creio que sérios estudos sobre o tema são extremamente úteis e deveriam se fazer, inclusive no Brasil. Trata-se de analisar o conteúdo alimentar da unidade monetária despendida em alimento, ou seja, citando o cruzeiro, quantos cruzeiros estou gastando quando compro um copinho de leite que vem envolvido na propaganda comercial, na marca, etc. e um pouquinho de leite no meio disso tudo. É um problema de crucial importância e todo o debate sobre alternativa alimentar deve começar por aí.

Na medida em que fosse possível voltar a um sistema razoável de abastecimento de produtos naturais conservados com um mínimo de elementos necessários para sua duração durante o ano, teríamos que partir para uma crítica radical, no sentido forte da palavra, da agroindústria. Creio que, de todas as transferências de tecnologia, a transferência mimética da agroindústria dos países ricos para os países pobres é a mais desastrosa, contendo alguns casos dramáticos como a do leite em pó na África do Sul que provocou a morte de muitas crianças. O fato é sobejamente conhecido e deu lugar a longo processo do qual a Nestlé não se saiu muito bem. Portanto, os modelos alimentares perderam de vista um aspecto essencial, o conteúdo nutritivo do alimento, e o transformaram em algo lateral, talvez de paladar, e sobretudo de aspecto estético e de moda. Ouvi comentar há dias que uma pesquisadora em São Miguel Paulista, olhando uma criança com sua mãe, exclamou: "Esta é uma criança danone." Uma "criança danone" é aquela cujos pais iludidos pela propaganda compram o copinho do iogurte e provavelmente acabam por lhe dar menos do que poderiam fazê-lo se gastassem o mesmo dinheiro em leite e fizessem o iogurte em casa.

O aspecto mais importante da busca de alternativa alimentar é aquele que procura resgatar a extraordinária riqueza da cultura humana em alimentos, algo que estamos perdendo. Quando a economia mundial ainda não era um fundo-de-quintal onde tudo se sabe e tudo circula, muitas populações sabiam produzir alimentos que consideravam palatáveis e agradáveis, a partir de uma variedade de plantas, animais e peixes. O que vem acontecendo com a sociedade industrial é uma tremenda uniformização dos padrões alimentares, ao mesmo tempo que a perda de tradições e conhecimentos extremamente valiosos.

A busca de alternativas passa em primeiro lugar por uma tentativa de resgatar o que ainda sabemos e conhecemos da riqueza potencial da flora e da fauna de cada ecossistema e dos produtos alimentares que podem ser extraídos dessa flora e dessa fauna. Certamente uma boa olhada não apenas na história da alimentação da humanidade em geral, mas na história ecológica da humanidade, seria necessária para definir as alternativas, a partir de como as diferentes culturas souberam aproveitar os elementos de seus respectivos ecossistemas e extrair deles o necessário para viver.

Toda geração tem que reescrever a sua história, mas creio que nos cabe reescrever pelo menos três histórias. Uma delas é a história ecológica; a outra é a história dos modelos culturais do uso do tempo, porque entramos numa época em que há mais tempo livre do que de trabalho na sociedade, e não temos muita imaginação para organizá-lo; e a terceira seria provavelmente uma história das relações cidade-campo, porque estamos vivendo, em particular neste continente, a mais violenta transformação social na história da humanidade em forma de urbanização acelerada.

O tema dessa palestra hoje é, exatamente, a primeira dessas histórias, ou seja, a exploração sistemática de uma matriz que teria, de um lado, os ecossistemas e, do outro, as culturas e no meio a questão alimentar. Em outras palavras, o que faziam os indígenas da Amazônia no trópico úmido para comer? O que faziam as populações da Nigéria ou da Indonésia? Seria outra maneira de ler e olhar os árabes na costa do Atlântico, no deserto e na Indonésia. Qual é a parte de adaptação ao ecossistema? Qual é a parte de fidelidade à cultura? É toda uma história da humanidade que se desvenda a partir dessa matriz extremamente interessante, para introduzir um debate sistemático das alternativas em matéria de alimentação. Não se trata tanto de copiar, pois a história não traz modelos, mas ela cria mulétras para a imaginação social. E isso diz respeito à alimentação como a qualquer outro aspecto de nossa vida. Portanto, essa é a segunda observação importante sobre a questão alimentar.

A terceira observação, derivada de nossa sensibilidade ecológica, é que o ecossistema não é apenas fonte de produtos comestíveis, mas também excelente modelo para os sistemas de produção feitos pelo homem. Neste particular há muito debate falso sobre o problema da artificialidade ou da naturalidade, ao que parece, totalmente deslocado. Um campo é um ecossistema artificial evidentemente, um arrozal é um aquário no qual se plan-

ta arroz, um parque inglês foi feito do começo ao fim pela mão do homem. No entanto, nada há de mais natural do que um parque inglês onde o arranjo de plantas respeita a ecologia. A mesma sistemática deveria se aplicar à produção alimentar, isto é, tentar sistemas que sejam sustentáveis, ou seja, permitam se reproduzir regularmente ao longo do tempo, elemento fundamental que a economia em sua forma tradicional não leva em consideração. Ela não se interessa pela quantidade de solo perdido na produção de uma tonelada de trigo. Deveríamos introduzir essa dimensão mas também a de sistemas de produção por ciclos fechados, como maneira de aproveitar melhor os recursos, de transformar resíduos em insumos e minimizar impactos ambientais negativos. Ou seja, há uma série de razões que falam em prol de sistemas de produção e em particular de sistemas integrados de produção de alimentos e de energia de biomassa.

Falamos, pois, de alternativas com relação a quê? A um modelo que coloca de um lado 100 mil hectares de soja, de outro 100 mil hectares de pasto, em outro lugar 100 mil hectares de cana-de-açúcar, e produz lado a lado álcool para carros, carne e soja para exportação. Talvez exista possibilidade de imaginar sistemas integrados que fazem uso mais intensivo do recurso solo, combinam as diferentes produções de modo que os subprodutos ou os resíduos de uma fase da produção sejam recuperados como insumo na outra fase.

Eu diria que a busca de alternativas alimentares é hoje um tema crucial. Num País como este, que é um continente, com ecossistemas que vão desde a floresta tropical úmida até desertos, passando por cerrados, pantanais e outros tipos de solo, é absurdo pensar numa única forma de agricultura brasileira. Existem agriculturas brasileiras, e é necessário partir de uma análise sistemática do potencial de cada ecossistema para adequar sistemas integrados de produção de alimentos e energia e, se possível, de alimentos, energia e produtos industriais que utilizam biomassa como ponto de partida. Esta é a mensagem do ecodesenvolvimento, tarefa certamente difícil, porque requer bastante esforço, muita imaginação e capacidade de lidar com a diversidade. Somos condicionados por uma cultura industrial que está sempre tentando uniformizar as respostas, em lugar de diversificá-las.

Embora difíceis, temos alguns exemplos de busca de alternativas em matéria alimentar. Existe um programa da CINEP (é esta a sigla?) chamado *Comunidades Agroenergéticas*, que tem como finalidade ajudar a organizar esse tipo de pesquisa. Pouco a pouco a EMBRAPA está descobrindo as virtudes de sistemas integrados,

embora o ponto de partida tenha sido precisamente a especialização estreita sobre culturas individuais.

Outro ponto que gostaria de salientar é que esse apelo à diversidade e ao sistema deve ser compreendido como um chamado à melhor articulação das economias locais, com aproveitamento mais integral das potencialidades que existem a nível de cada uma e com seletividade maior na maneira de articular as economias locais, a economia regional, a nacional e a transnacional. Diria que este é um ponto extremamente importante num país como o Brasil que está sofrendo os efeitos perversos do seu tamanho. Se alguém dissesse na Europa que madeira cortada na Sibéria é levada de caminhão para ser usinada em Lisboa, para que portas e janelas sejam, em seguida, vendidas em Frankfurt, acharíamos isso absolutamente absurdo. No entanto, toras de madeira de Porto Velho estão sendo usinadas em serrarias de Santa Catarina e o produto vendido em Salvador. Estou citando um caso concreto.

Creio que no futuro são necessários estudos do custo energético da distribuição de alimentos neste País, do sul ao norte e do norte ao sul, e assim por diante. De um lado temos fronteiras agrícolas que produzem alimentos e não têm escoamento, porque estão situadas a uma distância muito grande e há falta de estradas. Todo o modelo construído a partir do petróleo barato está evidentemente superado. Quando dizem que a crise é efeito do petróleo caro, eu afirmo que a recessão é, talvez em parte, o efeito do petróleo caro, mas a crise estrutural é o efeito de cinquenta anos de petróleo barato, com linhas de abastecimento extremamente extensas numa época em que não se contava o transporte.

Por outro lado, seguiu-se o modelo de especialização estreita, isto é, quem produz arroz não cuida da casca do arroz. Hoje, alguém afirmava que se calculam em 80 milhões de toneladas os resíduos dos principais produtos agrícolas brasileiros. Eu vi casca de arroz na qual se ateava fogo no meio da floresta amazônica no norte do Mato Grosso. É evidente que tais absurdos seriam a primeira coisa a ser eliminada. Eu diria que o grau de desperdício que caracteriza a perdulária economia brasileira é talvez o único elemento que permite um certo otimismo a médio prazo, no sentido de eliminá-lo sistematicamente e financiar uma estratégia anticrise não recessiva. A melhor articulação das economias locais, a criação de mercados locais para alimentos, a criação de circuitos de abastecimento mais curtos, tudo isso desempenha papel extremamente importante.

Como observação importante, diria ainda que estamos prisioneiros de um esquema pouco simplista que consiste em dizer que alimento é igual a agricultura e igual a campo, e que indústria é igual a cidade. Existe um potencial apreciável para a agricultura urbana. Na cidade de São Paulo calcula-se que há 42% de terrenos baldios. Se tomássemos 1% desses 42% e o transformássemos em hortas, teríamos 35 mil hortas de 200m² cada uma. duzentas mil hortas significariam hortaliças para um a dois milhões de pessoas, com 1% de terrenos baldios. Eu não estou transformando em hortas o parque do Ibirapuera, mas gostaria de transformar os terrenos do Departamento de Água e Energia ao longo do rio Tietê, duas vezes o Parque do Ibirapuera, e atualmente sem uso algum. Sem me estender mais, gostaria de frisar que, dentro de alternativas alimentares, o problema da agricultura urbana não é desprezível, sobretudo em tempos de crise. Uma pequena produção dentro do setor doméstico, do setor comunitário, se não pode solucionar o problema de um milhão de desempregados e nem o problema da fome, constitui alternativa nada desprezível.

Haveria que tomar caso por caso, cidade por cidade, distrito por distrito, sempre com essa idéia de que o maior recurso atual do Brasil é o desperdício, e cada vez que ele é eliminado, na realidade cria-se uma fonte de crescimento.

Uma última observação, que me levaria a uma análise mais cuidadosa do processo de produção e circulação de alimentos, diz respeito à quantidade de resíduos que se perdem no CEASA, a quantidade de partículas que aquecem o ar, porque o frigorífico utiliza o frio, mas o frio é sempre co-gerado com calor, e este não é aproveitado. Tudo isso são recursos potenciais para melhorar o abastecimento.

Detive-me em considerações sobre ecologia e alimento e não toquei no problema da organização. Sobre isto, diria apenas que a variável tecnológica nunca venceu. Teríamos que analisar o problema de alternativas alimentares a partir de três variáveis conjugadas: tecnologia, localização da produção com relação ao consumo e organização dos circuitos de abastecimento. Seria uma simplificação perigosa deter-se unicamente no problema da tecnologia. Do problema da localização, darei apenas um exemplo. O peixe que tiro do açude atrás da minha casa é, do ponto de vista do custo energético, o mais perfeito, não custa nada. No entanto, a escolha que se nos coloca hoje é colocar uma frota equipada com as mais modernas armas que matam os peixes no meio do oceano e gastam quantidades enormes de petróleo para che-

gar lá e voltar, e depois os congelar; ou partir para um sistema de centenas, milhares ou dezenas de milhares de pequenos açudes nas proximidades dos consumidores. Jogamos aqui com as variáveis de localização em relação à produção e organização do circuito de abastecimento.

Concluindo, gostaria de deixar bem claro que essa busca de alternativas em matéria do modelo e da forma da produção de alimentos não é um substitutivo às reformas estruturais em matéria de propriedade do solo e de acesso aos recursos. As duas problemáticas se complementam e não se excluem. Todo o pensamento de Josué de Castro mostra que a incursão sobre certos aspectos do problema alimentar não significa perder de vista os problemas estruturais que constituem o seu pano de fundo.

A EXPERIÊNCIA DAS FEIRINHAS DA FAMERJ – SIGNIFICADO E LIMITES DO ABASTECIMENTO DIRETO E ATITUDES FACE AO APARELHO DE ESTADO

Carlos Minc Baumfeld *

A experiência das “feirinhas populares” organizada pela Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro é muito rica de ensinamentos, tanto do imenso campo de possibilidades de atuação do cidadão organizado, quanto dos obstáculos e limites institucionais impostos pela natureza do funcionamento do sistema econômico e pela natureza política do aparelho de Estado.

A idéia motivadora dessa iniciativa é a de que a articulação de associações de consumidores e de associações de produtores pode implicar mudanças positivas para uns e outros, expressas em melhores preços e garantias de escoamento para produtores e em preços mais vantajosos e conhecimento da origem e qualidade dos produtos para os consumidores, através da supressão de diversas etapas da intermediação.

O primeiro aspecto interessante a reter dessa experiência é de que a iniciativa dos contatos partiu de grupos de produtores de Pati do Alferes em 1978, asfixiados pelos preços impostos pelos atravessadores e pelas dificuldades de garantias de escoamento de sua produção.

O segundo ponto que merece atenção é o fato de que as conversações entre as organizações de consumidores e produtores deram origem a uma *tabela de preços* elaborada em conjunto, de forma a beneficiar as duas partes.

O terceiro aspecto é mais complexo, porque envolve toda a série de *dificuldades que marcaram a experiência*: dificuldade de controle de qualidade, dificuldade no frete (atrasos, avarias nos caminhões), irregularidade da oferta de produtos, diminuição sazonal do leque de produtos oferecidos, dificuldade de seleção dos produtos por parte do pequeno produtor.

Apesar dessas dificuldades a experiência se expandiu para novas áreas de produção, como a Região Serrana (sobretudo

*O autor é Professor Adjunto de Geografia da UFRJ, Mestre em Planejamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa, PhD em Economia Agrária pela Universidade de Paris. Coordenador Regional da ABRA-RJ. Autor de *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. IBASE/Vozes, 1985. *A Reconquista da Terra*. Ed. Jorge Zahar, 1985.

Friburgo) e para a área de Cachoeiras de Macacu, e englobando mais de 3 mil famílias do Rio de Janeiro como consumidoras.

O quarto ponto diz respeito à *organização dos consumidores*: cada grupo de consumidores era composto por um mínimo de 20 cotistas, com um coordenador (rotativo) eleito, e o conjunto de grupos abastecido por cada caminhão indicava um coordenador de caminhão, que passava a integrar, por um período, a coordenação geral da experiência de abastecimento direto. Essa estruturação implicava que a opção pela experiência não se resumia a comprar mais barato, mas em *participar coletivamente de sua organização e a ampliar o espaço convivencial*, discutindo na base da vizinhança a problemática do abastecimento, da inflação, das condições de trabalho dos produtores.

O quinto ponto é talvez o mais importante, pois marcou a reformulação da experiência: *a questão da escala*. As dificuldades mencionadas acima eram resolvidas com improvisos e sacrifícios individuais, como ir de madrugada a Cachoeiras levar o dinheiro aos produtores, virar a noite para consertar o caminhão, esperar horas, debaixo de chuva, a chegada do caminhão, etc. Por outro lado, os produtores envolvidos na experiência nunca cortaram totalmente seus vínculos com os intermediários e atravessadores, não só porque em parte desconfiavam do sucesso da experiência, mas também por estarem ligados por outros laços de dependência aos intermediários, como por exemplo: empréstimos, tradição, presentes que estes lhes davam por vezes em certas ocasiões, etc. ou seja: a relação era de exploração, mas era segura e criava vínculos de dependência profundos.

Algumas das regiões envolvidas na experiência eram fundamentalmente monoprodutoras (Cachoeiras — aipim, batata; Pati do Alferes — tomate) e para os consumidores não interessava um caminhão de batatas, outro de tomates, mas sim a *cesta*. A experiência, é importante lembrar, estimulou alguns produtores individuais a ampliarem o leque dos produtos comercializados, fornecendo garantias de compra, mas *só historicamente um pequeno produtor pobre se transforma num policultor de um leque significativo de produtos de qualidade*.

Outras vezes, apesar dos produtos serem de boa qualidade, eles chocavam com o padrão urbano de aspecto do consumo final: grande, brilhante, lavado, encerado, etc.

O conjunto desses problemas provocou recuos da amplitude da experiência por parte de alguns dos grupos envolvidos, mas numerosos outros manifestavam interesse em aderir. E foi justamente a questão da *ampliação da escala* e de correção dos princi-

pais problemas que ameaçavam a continuidade da experiência que impôs a discussão da necessidade de uma Central de Abastecimento. Efetivamente, a coordenação da recepção de produtos de várias regiões, a confecção de cestas e sua distribuição regular para milhares de famílias exige um *locus* central de coordenação — uma Central Popular de Abastecimento.

Logo as diversas coordenações da experiência se deram conta do imenso esforço que seria organizar efetivamente uma Central Popular. Por outro lado, havia uma Central do Estado — a CEASA, bem equipada, só que *funcionava com total domínio dos grandes atravessadores*: Cotia, Sul Brasileiro, Sendas, Disco, etc. Levantou-se então a possibilidade de *ocupar um espaço dentro da CEASA e lutar pelo redirecionamento de sua utilização, em benefício do produtor e do consumidor*. Tal iniciativa viria a contar com o apoio de parte da direção da CEASA e de parte do seu corpo técnico.

A FAMERJ alugou 1 box em convênio com a CEASA, organizando uma cesta de 15 a 20 produtos, e garantindo o preço fixo por 6 meses. A chave da garantia do preço fixo tem 3 componentes: conseguir preços melhores de compra com a ampliação do volume de compras, diminuir os custos fixos e as perdas através de uma melhor organização e, principalmente, selecionar produtos de acordo com a safra, substituindo aqueles que passam por altas momentâneas pelos produtos da época.

Cabe notar que, com a ajuda de um nutricionista, a cesta levava em conta a combinação do valor protéico e do equilíbrio nutricional dos produtos, que em conjunto com o critério preço compunha uma espécie de matriz de dupla entrada. Essa faceta interessante da experiência sugere as enormes possibilidades de uso da informática para a melhoria da *gratio* qualidade/preços de produtos oferecidos à população, caso o aparelho de Estado optasse politicamente por enfrentar o poder dos atravessadores, e abrisse espaços como a CEASA a serviço das organizações de produtores e de consumidores.

A experiência se expandiu e a FAMERJ passa a alugar 3 boxes da CEASA, e a movimentar 17 caminhões, servindo cerca de 16 mil famílias/mês, e envolvendo diretamente na organização do abastecimento cerca de 60 pessoas entre motoristas, selecionadores de produtos, encestadores, etc. O preço médio da cesta oferecida representa aproximadamente 50 a 60% do preço cobrado nas feiras dos bairros por quantidade e qualidade semelhantes.

Faremos a seguir algumas considerações globais sobre o quadro em que se desenvolveu esta experiência, acerca de sua natureza e seus dilemas.

1 — *O atravessador não é o único responsável por preços altos, por não ser geralmente monopsonico, assim como seria idealismo supor que são os banqueiros individualmente os responsáveis pelos juros elevados.*

Entre 1940 e 1980 a área de lavoura no Estado do Rio de Janeiro diminuiu de 750 mil ha para 640 mil ha. Nessas 4 décadas o pessoal ocupado na agricultura no Estado diminuiu de 475 mil para 300 mil pessoas. Mas nesse mesmo intervalo de 40 anos o rebanho bovino passou de 730 mil para 1.740 mil cabeças, e a população residente passou de 3,6 milhões para 11,3 milhões de habitantes.

Não podemos discutir estrutura de preços apenas com base na circulação, desconhecendo a estrutura da produção. Listaremos rapidamente alguns fatores básicos e medidas de política que influem na estrutura da produção e, por consequência, na oferta e nos preços.

A estrutura e a concentração da propriedade; as políticas de créditos agrícolas e as faixas de agricultores beneficiados (em 1982/1983 apenas 24% dos produtores agrícolas foram beneficiados por créditos, segundo o Banco Central do Brasil), as políticas de subsídios diretos à produção e à exportação, penalizando as culturas de subsistência; a debilidade das políticas de zoneamento agrícola, que no caso do Estado do Rio de Janeiro foram desrespeitadas pela expansão do Pró-Álcool; o direcionamento da pesquisa agrônômica; as políticas de preços mínimos e formação de estoques reguladores.

A FAMERJ demonstrou ter pleno conhecimento dessas condições, pois na ocasião do seu congresso geral, em julho de 1983, no *campus* da UERJ, e com a presença de 3.000 delegados, quando debatia justamente a experiência do abastecimento, tomou a decisão de apoiar e filiar-se à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, lançada pela CONTAG, ABRA, CPT, CNBB e IBASE. Tomou essa decisão baseada principalmente em três aspectos que foram levantados pelos delegados: a questão do emprego e da moradia na cidade e a questão do abastecimento alimentar: cada camponês expulso da terra por especulação, pecuarização, avanço de turismo, valorização da área da Rio-Santos, etc. representa menos um produtor de alimentos e mais um desempregado na cidade que provocará a baixa dos salários, o aumento da marginalidade (e da violência) e a luta por um barraco em uma das favelas, cuja população cresce a uma velocidade três vezes superior à da população urbana total do Rio de Janeiro.

2 — A experiência a partir da sua reformulação e do convênio CEASA sofreu *um recuo no que diz respeito às compras diretas do produtor*. Os boxes da FAMERJ, na CEASA, compram sobretudo de atacadistas, embora optem por comprar diretamente dos produtores sempre que suas condições de qualidade/preços sejam ao menos semelhantes às aquelas oferecidas pelos grandes atacadistas, isto raramente acontecendo.

Neste ponto a FAMERJ assume uma posição de *representante da esfera dos consumidores*, e recua, ao menos temporariamente, em relação ao abastecimento direto do produtor. Ou seja: *consegue eliminar as etapas da intermediação entre o atacadista e o consumidor final, mas deixa de interferir nas etapas da intermediação que existem entre o produtor e o atacadista*.

Foram feitos diversos contatos com a FETAG — Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro — visando superar ou minorar esse corte com o produtor, mas até agora foram infrutíferos, por razões que ainda se devem analisar.

Este recuo teve conseqüências: mantêm-se a organização dos consumidores e as vantagens de preços, mas rompe-se um elo muito importante estabelecido inicialmente pela experiência, de cooperação direta de produtores e consumidores. Esta é uma questão política de fundo que apresenta numerosas implicações.

3 — *A base real que dificulta a relação estável e solidária entre consumidor-produtor tem sua origem na pulverização, na instabilidade e na desorganização relativa dos conjuntos de produtores*.

Devemos também nos referir brevemente a duas experiências diferentes no quadro do abastecimento comunitário em que pudemos participar: a das cooperativas de consumo em Portugal (1975-1979) e a experiência da CONATURA, no Rio de Janeiro.

No caso de Portugal, formaram-se algumas centenas de cooperativas de consumo após a revolução de 25 de abril, mas aquelas que se firmaram, em algumas das quais verificamos que ainda hoje atuam organizadamente, foram justamente as que mantiveram sólidos laços com as cooperativas de produção e as unidades coletivas de produção surgidas com a reforma agrária no Alentejo. Nesses casos solidificaram-se laços que iam para além de relações meramente comerciais, incluindo trabalho voluntário dos consumidores nas cooperativas de produção, e fornecimentos não especulativos por parte destas, mesmo quando determinados preços disparavam.

O caso da CONATURA no Rio de Janeiro é a de uma experiência que se mantém e que se amplia, de fornecimento direto de produtos naturais, dos quais se conhecem as condições de produ-

ção e que não são obtidos à base de agrotóxicos. A CONATURA fornece grande quantidade de cereais, pães, queijo de soja, mel, chás e uma cesta de hortigranjeiros. A escala que serve é bem menor que a da FAMERJ, cerca de 1.000 famílias, e o consumidor é que se desloca até lá. Os caminhões da FAMERJ atualmente já servem Caxias, São Gonçalo, Campo Grande, Laranjeiras, Ipanema, etc.

A experiência da CONATURA coloca duas questões: primeiro, que até certa escala é possível manter o abastecimento direto, com relações fraternais com o produtor (apoio, ação cultural, troca de informações, etc.), o que põe a questão: *Por que crescer muito e centralizar tudo? Por que não multiplicar?* A segunda é uma questão que vem progressivamente preocupando parcelas significativas dos consumidores urbanos: a natureza e a qualidade dos produtos consumidos.

Em abril de 1984 realizou-se em Petrópolis o II Encontro Nacional por uma Agricultura Alternativa (o I foi em Curitiba, em 1981), que contou com cerca de 1.800 participantes entre engenheiros agrônomos e estudantes de agronomia. Nesse encontro numerosos pesquisadores experientes demonstraram como estamos sendo envenenados e de que forma a agricultura orgânica já pode hoje dar respostas consistentes ao consumo dos principais produtos.

O Encontro de Petrópolis lançou a convocação de um Movimento Nacional por uma Agricultura Alternativa, não apenas circunscrito ao âmbito dos agrônomos, mas englobando associações de produtores, sindicatos e associações de consumidores. Parece-nos que hoje começam a ser reunidas as condições para que a questão do abastecimento alimentar urbano não seja vista apenas pela questão quantitativa e do nível dos preços, mas também do ponto de vista do controle do cidadão organizado sobre as condições da produção material dos seus alimentos.

4 — Analisemos a experiência em suas *relações com o aparelho de Estado*.

O abastecimento alimentar é a base da sobrevivência e da reprodução da população, e qualquer regime que necessite de um mínimo de legitimação confere peso estratégico a esse setor. Mesmo os governos autoritários não podem descuidar impunemente dessa matéria: vide o lema *Panem et Circenses*, no Império Romano, a campanha do trigo organizada pela ditadura salazarista em Portugal, e as recentes revoltas populares que abalaram os regimes de Marrocos e de São Domingos em resposta aos anúncios de importantes aumentos no preço de alimentos.

A experiência da FAMERJ das feirinhas comunitárias, quando firma o convênio com a CEASA e passa a alugar 3 boxes, ampliando assim sua escala de atendimento, entra no dilema entre as seguintes opções: funcionar como um serviço de utilidade pública complementar ao aparelho de Estado, lutar para a mudança radical da política governamental em relação ao abastecimento alimentar, acumular forças e retomar em outro nível a relação direta com produtores, centrar esforços no Movimento por uma Agricultura Alternativa. Essas opções podem, em certos casos, se complementar mas a questão de fundo é a seguinte: como manter a autonomia face ao aparelho de Estado, que é um princípio indiscutível da FAMERJ, e simultaneamente responder à demanda crescente das Associações de Moradores por abastecimento mais barato?

Em dezembro de 1983 realizou-se o Seminário Nacional de Abastecimento Alimentar, em Curitiba, que contou com a participação dos presidentes de CEASAs de 11 Estados da federação. A preocupação era geral face à penúria alimentar, ao crescimento dos saques, e à falta total de eficácia dos velhos esquemas de tipo "sopão dos pobres". As alternativas apresentadas variavam segundo a vontade política dos diversos governos representados, abrangendo desde a ampliação dos postos de venda do "sacolão" até o apoio decidido às experiências comunitárias de abastecimento direto.

O que veio à tona de forma cristalina durante os acirrados debates, com participação de agricultores, sindicalistas e cooperativas, é que *as CEASAs poderiam efetivamente interferir no zoneamento agrícola e no direcionamento da produção, poderiam influir na formação de preços e orientar políticas de atribuição de créditos, descentralizar e internalizar sua área de atuação, viabilizando a horticultura, e enfrentar em benefício de produtores e consumidores o poder dos grandes atacadistas*. Claro está que isto depende da pressão permanente das associações de moradores e de produtores, que *não podem se limitar à condição de distribuidores de cestas e sacolões*.

Atualmente a experiência da FAMERJ vive um refluxo, em grande parte devido às restrições e perda de autonomia decorrentes das limitações impostas pela CEASA. A partir do ponto em que a FAMERJ se propôs a abastecer 40 mil famílias, as pressões se acentuaram, as facilidades minguaram e verificou-se uma importante queda na abrangência, para cerca de 7 a 8 mil famílias atualmente abastecidas.

Uma estrutura comunitária, não-profissional, tem dificuldades evidentes de interagir com uma máquina institucional e manter

seus princípios. A menos que ocorressem profundas transformações na lógica de funcionamento da CEASA e da política de abastecimento governamental.

Atualmente a FAMERJ rediscute a natureza de sua relação contratual com a CEASA e retoma contatos com cooperativas de leite (de Valença) e de carne para ampliar seus fornecedores e a gama de produtos da cesta que oferece.

5 — A prática dessa experiência coloca ainda outra questão face às suas relações com os organismos de Estado: o da reconquista dos espaços de práticas comunitárias autônomas.

Enquanto o cidadão isolado está confinado a ser um terminal receptor de notícias dirigidas, de renovados códigos de poder, e vítima da contraproduzitividade social dos transportes paralisantes, da invasão farmacêutica e da alimentação intoxicada, o cidadão associado tem o poder de subverter a lógica "inexorável" que despedaça seu espaço vital, seu espaço de decisão e seu espaço convivencial.

A simples organização em base de vizinhança para questionar a elevação dos preços dos alimentos e propor um método associativo, autônomo e alterativo rompe parcialmente o isolamento dos moradores entre si, e os põem em contato com a realidade dos produtores. Esta percepção é ampliada com a capacidade demonstrada pelas associações de moradores em interferirem na definição (em parte) do uso do solo urbano (gabaritos, utilização de terrenos do Metrô, etc.), nas políticas e reajustes de prestações do BNH, ou do valor do reajuste do IPTU. O morador ao sair do gueto se reencontra na sua qualidade de produtor e na sua qualidade de consumidor, rompendo em parte com o sistema compartimental, da esfera da heteronomia, que através do isolamento cerceia sua esfera autônoma e seu espaço convivencial.

A experiência que discutimos, com seus avanços e recuos e com as ambigüidades que são inerentes a qualquer prática alternativa que se mova sobre estruturas que não foram transformadas, aponta para os fecundos caminhos que podem ser abertos a partir da ampliação do espaço do cidadão associado, não apenas na obtenção de certas vantagens materiais imediatas, mas de um posicionamento mais profundo acerca do modelo de vida que nos é imposto, e das práticas alternativas que podem ser construídas e conquistadas.